

**QUILOMBOLAS DO MARANHÃO: HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA E AÇÃO
POLÍTICA**

**QUILOMBOLAS DO MARANHÃO: HISTORY OF RESISTANCE AND POLITICAL
ACTION**

**QUILOMBOLAS DO MARANHÃO: HISTORIA DE LA RESISTENCIA Y LA ACCIÓN
POLÍTICA.**

Fabiano e Silva Rocha. Doutorando, Programa de
Pós Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP,
fabianorochasp2020@gmail.com .

RESUMO

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa desenvolvida em uma comunidade quilombola no Estado do Maranhão. Neste sentido, o intuito do artigo é situar um recorte da pesquisa e, tem como objetivo, destacar a formação de uma comunidade que nasce em função da atividade agrícola do algodão e que viveu por um longo período de exploração da força de trabalho e espoliação de áreas comuns por seus antagonistas. Neste sentido, serão discutidos a situação atual dos moradores de São Zacarias II e o histórico de luta por direitos à terra, não só a terra para trabalho, mas, também a relação afetiva e simbólica de pertencimento local desenvolvido historicamente pelas famílias descendentes dos primeiros habitantes da comunidade.

Palavras-chave: Espoliação de áreas comuns; Antagonistas; Sistema de uso comum; Comuns; Resistência.

ABSTRACT

This article presents part of a research carried out in a quilombola community in the State of Maranhão. Thus, the purpose of the article is to show a segment of the research and, has as its objective, to highlight the formation of a community that was born as a result of the agricultural activity of cotton and that lived for a long period of exploitation of the workforce and spoliation of common areas by their antagonists. Therefore, the current situation of the residents of São Zacarias II and the history of the struggle for land rights will be discussed, not only land for work, but also the affective and symbolic relationship of local belonging historically developed by the

descendant families of the first inhabitants. of the community.

Key-words: Exploration of common areas; Antagonists; Common use system; common; Resistance.

RESUMEN

Este artículo presenta parte de una investigación realizada en una comunidad quilombola en el Estado de Maranhão. En este sentido, el propósito del artículo es situar una parte de la investigación y pretende resaltar la formación de una comunidad que nació como resultado de la actividad agrícola del algodón y que vivió durante un largo período de explotación de la mano de obra y el saqueo de las zonas comunes por parte de sus antagonistas. En este sentido, se discutirá la situación actual de los habitantes de São Zacarias II y la historia de la lucha por el derecho a la tierra, no sólo tierra por trabajo, sino también la relación afectiva y el seguimiento de pertenencia local desarrollado históricamente por las familias descendientes de los primeros habitantes de la comunidad.

Palabras clave: Exploración de áreas comunes; Antagonistas; sistema de uso común; común; Resistencia.

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil é um problema antigo e sabemos que a espoliação de terras é uma prática que o sistema capitalista sempre exerceu, para fortalecer ainda mais o seu próprio domínio e desenvolvimento. Neste sentido, este artigo tem o objetivo de destacar um caso empírico investigado no Estado do Maranhão, especificando a história de luta e resistência de uma comunidade remanescente de quilombo que viveu momentos de exploração e disputa de terras por parte dos antagonistas locais ao longo de algumas gerações. A história de luta de São Zacarias II é compreendida aqui como um princípio político democrático contra a espoliação de áreas comuns tão exercida pela lógica do capitalismo neoliberal.

Assim, para a realização da discussão mencionada acima, será apresentado neste texto o histórico de São Zacarias II, a partir de uma pesquisa de campo que foi exercida por este Antropólogo e a equipe da empresa responsável pela realização do estudo empírico. A empresa “3R Amazônia” foi contemplada no Estado do Maranhão com a licitação do INCRA (órgão Federal) para a realização do trabalho de pesquisa com a finalidade de um estudo de identificação e reconhecimento territorial étnico do grupo social em questão. Foi desenvolvida uma investigação antropológica com base em análises de caracterização histórica, sociocultural e de natureza econômica e ambiental. Na oportunidade foi contratado – este que vos escreve – como Antropólogo responsável pela pesquisa e redação do Relatório Antropológico já entregue ao

INCRA/MA no ano de 2018. Destarte, serão apresentadas, nas próximas linhas, a metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo; os resultados da pesquisa e discussão, com alguns detalhes da localização e infraestrutura da comunidade; o contexto regional, que explora um pouco da história socioeconômica da localidade; a relevante participação dos remanescentes de quilombo para o desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Maranhão; aproximações teóricas sobre o sistema de uso comum, por Alfredo Wagner B. de Almeida, e Comum, enquanto princípio político de ação e resistência, por Dardot e Laval; e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo realizada em São Zacarias II, para a elaboração do Relatório Antropológico (RA), foi desenvolvida com um método misto, quali-quantitativo. Ou seja, com uma abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa (MINAYO & SANCHES, 1993). Contudo, somente a abordagem qualitativa será apresentada neste artigo, devido ao conteúdo da pesquisa que é muito volumoso. Sendo assim, apresentaremos neste artigo apenas parte do que foi coletado em campo e somente aquilo que consideramos necessário para o nosso objetivo supracitado.

Referente a parte qualitativa, utilizamos a técnica da observação *in loco*¹. Foram visitados os lugares considerados pelos integrantes da comunidade como marcos importantes do seu território, como por exemplo, os locais de roça e moradia, localidades que integram o território. Além da observação participante, foram realizadas entrevistas abertas – com exploração de histórias de vida e narrativas orais (KOFES, 1994) – com diferentes sujeitos da pesquisa para fins de entendimento sobre o histórico de ocupação do território e dos aspectos pertinentes à organização social da comunidade². Como critério de escolha dos sujeitos entrevistados, adotamos as indicações feitas pelos membros da comunidade no momento da reunião de apresentação da equipe da 3R Amazônia, em 15/09/2016. Nesta reunião foram destacadas as pessoas mais qualificadas a prestar informações sobre determinados assuntos. Deste modo, a escolha dos entrevistados não foi definida por critérios etários, mas sim, pelo grau de representatividade no interior do grupo e pelo grau de conhecimento sobre determinados temas do RA (DUARTE, 2002). Além das entrevistas abertas com pessoas indicadas pelo grupo, realizamos conversas

¹Técnica antropológica também conhecida como observação participante ou observação direta.

²Foram coletadas informações acerca da dinâmica de ocupação territorial; dos primeiros ocupantes do território e seus descendentes.

informais com outros integrantes da comunidade com a finalidade de complementar as informações.

Além do antropólogo responsável pelo relatório, a pesquisa contou com alguns assistentes de pesquisa da empresa 3R Amazônia que deram suporte em pontos relevantes. Tivemos dois assistente das ciências agrárias, um contribuiu na coleta de dados agrários e econômico-produtivos do território, além de recuperar os dados georreferenciais com uso de GPS; e o outro ajudou na preparação dos mapas (a maioria dos mapas foi construída coletivamente com a comunidade e aperfeiçoada por este profissional). Contamos também com três assistentes das ciências humanas, que contribuíram na aplicação dos questionários³, deram apoio durante as reuniões e os diálogos com os moradores, além de realizarem pesquisas secundárias dos dados gerais da região e das transcrições de alguns áudios das entrevistas gravadas.

Realizamos em campo oficinas que foram construídas e desenvolvidas a partir da técnica metodológica participativa conhecida como Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Esta metodologia visa desenvolver atividades que criem entre os participantes uma relação de respeito mútuo e confiança, partindo das experiências de vida e conhecimentos acumulados ao longo do tempo, considerando os saberes de todos os grupos da comunidade (VERDEJO, 2006). O DRP foi utilizado com o objetivo de gerar informações em São Zacarias II de forma dialogada e elaborada pela própria comunidade, através do compartilhamento de saberes e experiências. Nesse momento foi abordado o sistema de produção e sistemas sociais, visando identificar questões socioeconômicas, ambientais, culturais, organizacionais e religiosas, além de identificar os principais problemas e preocupações da comunidade. As oficinas aconteceram em forma de diálogos com a comunidade, em rodas de conversas. Cada oficina foi realizada com a participação dos moradores de São Zacarias II, tomando parte das atividades, os homens, mulheres, jovens e idosos. O número de participantes foi significativo, variando de 35 (trinta e cinco) a 40 (quarenta) pessoas durante cada uma das oficinas.

Através das oficinas foi possível construir coletivamente alguns mapas que trouxeram maior compreensão sobre a realidade em questão. Fizemos o mapa da comunidade, mapa de recursos naturais e mapa histórico. Fizemos ainda o calendário agrícola e calendário de atividades produtivas. Foram feitas várias incursões a campo,

³Foi realizado um *survey*.

tanto na comunidade como também em municípios vizinhos. Foram visitados, em Caxias/MA, locais históricos da cidade com o objetivo de tratarmos sobre o histórico da região de Caxias e como esta influenciou a comunidade de São Zacarias II. Visitamos o atual Centro Cultural, onde funcionou uma antiga fábrica têxtil do município, além de outros espaços históricos. Realizamos também algumas entrevistas, como por exemplo, a do Sr. “João Costa” no Povoado Porto do Paiol e do Sr “Aquiles Bezerra” em Caxias. Em alguns momentos da pesquisa de campo, realizamos visitas aos moradores da comunidade para confirmações das informações parciais do RA e visitas aos locais de roças, locais de criação de peixes, criação de gado, etc. para o conhecimento sobre o ambiente e produção e outros elementos para a composição do relatório final. Realizamos também caminhadas pelas áreas da comunidade para visitar os locais históricos como as árvores centenárias que foram apontadas, pelos moradores da comunidade, como marcos históricos.

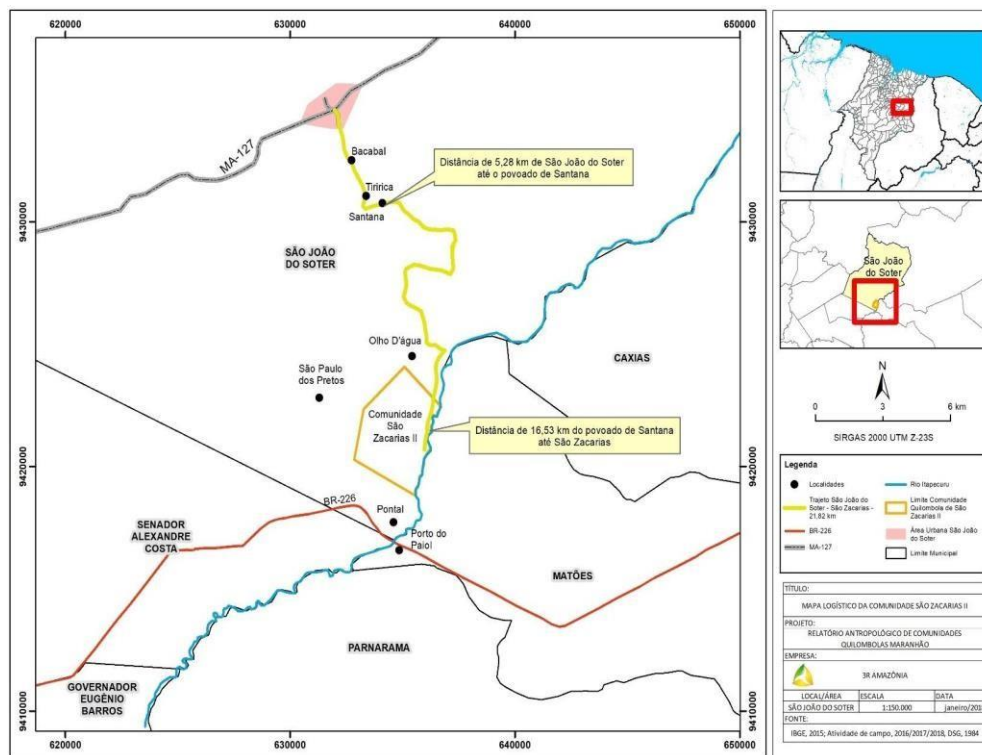
De modo geral, a realização da pesquisa antropológica contou com 40 (quarenta) dias de atividades em campo, especificamente no território quilombola de São Zacarias II e em áreas do entorno (municípios de São João do Sóter e Caxias e em povoados vizinhos).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade São Zacarias II é situada no município de São João do Sóter, Mesorregião Leste Maranhense e Microrregião de Caxias, com uma área de 1.438 km², com distância aproximada de 460 km da capital do Maranhão, São Luís. São João do Sóter limita-se ao Norte com o município de Caxias, ao Leste com o município de Matões, ao Sul com Senador Alexandre Costa e a Oeste com os municípios de Codó e Gonçalves Dias. São João do Sóter foi emancipado em 10 de novembro de 1994, com sede no povoado de São João dos Poleiros, desmembrado do município de Caxias (IBGE, 2010). Grande parte da população de São João do Sóter mantém relações com a cidade de Caxias (55 km de distância) e com a cidade de Teresina, no Estado do Piauí, haja vista que são municípios mais próximos do que a capital do Maranhão, São Luís. O acesso à comunidade São Zacarias II pode ser por duas vias. Uma por São João do Sóter e outra pela BR-226, sentido Eugênio Barros. Por São João do Sóter, percurso deste município à comunidade, passa-se pelos povoados Bacabal e Tiririca, antes de chegar ao Povoado Santana. A distância entre São João do Sóter a São Zacarias II é de aproximadamente 21 km.

No mapa abaixo são nomeados os limites da comunidade: ao norte, Rio Itapecuru e povoado São Zacarias I; ao sul, povoado São Paulo dos Pretos; ao oeste, povoado Olho D'água e povoado Santana, e ao leste, limita-se com o povoado Pontal.

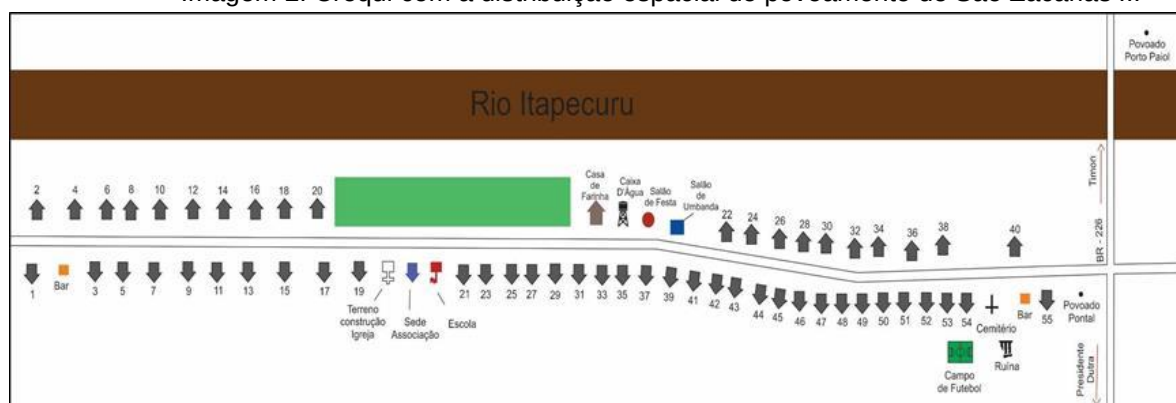
Imagem 1: Localização e acesso à comunidade São Zacarias II e povoados vizinhos.



Fonte: IBGE, 2015; Pesquisa de campo, 2016, 2017, 2018.

No último trabalho de campo, realizado em março de 2018, São Zacarias II apresentou 55 (cinquenta e cinco) famílias, totalizando aproximadamente 150 (cento e cinquenta) pessoas na comunidade. No croqui abaixo apresentamos a distribuição espacial das casas e da infraestrutura da comunidade. A mesma é composta por casas que ficam próximas ao rio Itapecuru e outras do lado oposto.

Imagem 2: Croqui com a distribuição espacial do povoamento de São Zacarias II.



Fonte: pesquisa de campo, 2017 & 2018.

De acordo com o croqui acima, podemos notar a infraestrutura da sede da Associação de moradores, do lado esquerdo da Associação temos o terreno da Igreja e do lado direito a Escola (única escola da comunidade, com apenas o ensino fundamental I). Do lado oposto temos a “Casa de Farinha”⁴; ao lado dela há o sistema de abastecimento comunitário de água (com poço e caixa d’água), construído pela Prefeitura de São João do Sóter; além do Salão de Festas e o Terreiro de Umbanda (em construção naquele período). São Zacarias conta ainda com dois bares, um campo de futebol, o cemitério, a ruína histórica e cinquenta e cinco casas.

Em suma, trata-se de uma comunidade pequena, mas, com uma importante participação na história da economia maranhense. Economia esta que ascendeu com a agroexportação do algodão, com a utilização de mão-de-obra escrava (negra africana) a partir da segunda metade do Século XVIII.

Como supracitado, São João do Sóter, antes de sua emancipação, foi pertencente ao município de Caxias. Portanto, seu histórico regional é parte da própria história socioeconômica de Caxias. Embora pertencente à região Leste do Maranhão, Caxias sofreu influências da relevante produção econômica agroexportadora algodoeira da região conhecida no Maranhão como “Vale do Itapecuru”. Inclusive, a primeira fábrica têxtil do Maranhão surgiu nesta cidade (VIVEIROS, 1964). Foi a Companhia Industrial Caxiense, “primeira indústria de fiação e tecelagem do Estado do Maranhão”, criada em 1883 (TEIXEIRA, 2003, p. 05). Para entender a ocupação territorial de Caxias e região, torna-se importante situar o contexto socioeconômico do Maranhão, que a partir da segunda metade do Século XVIII se destacou com a exportação do algodão⁵. Tal produto tornou-se à época, a principal matéria-prima industrial da Europa e assim perdurou por longo tempo. A Revolução Industrial foi responsável por proporcionar o desenvolvimento da indústria têxtil moderna e inclui o Maranhão neste processo, onde é intensificada a produção do algodão, matéria-prima que alcançou em vários períodos, a maior marca de produtividade agrícola daquela província. O Brasil passou a cultivar o algodão tendo em vista a exportação, mas, foi

⁴Conhecida também como “casa do forno”, categoria êmica que serve para identificar o local de produção artesanal da farinha de mandioca.

⁵Importante ressaltar que o açúcar também é produto de destaque da lavoura maranhense, no entanto, sofre oscilações no mercado agroexportador, travando uma constante disputa com o mercado do algodão, que também sofre oscilações em determinados períodos a partir da segunda metade do Século XVIII em diante. Sobre esta questão, consultar Flávio Reis (2013).

no Maranhão que a produção se destacou como mais importante para o comércio externo, onde grandes quantidades foram exportadas.

Diz Prado Jr. (2012):

A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias. (PRADO JR., 2012, p. 56).

Neste sentido, o Maranhão segue em posição ascendente referente ao mercado agroexportador do algodão – e o arroz em menor escala –, no entanto, após os conflitos da Guerra da Independência Norte-Americana, além da introdução da produção algodoeira Indiana, os preços caem e a produção do algodão no Maranhão

inicia, por volta de 1822, os primeiros passos para o declínio desta atividade exportadora⁶. Deste modo, mesmo com a ascensão da exportação do açúcar, esta atividade não consegue atender as expectativas de seus investidores. Sendo assim, foi criada – já nas últimas décadas do Século XIX – uma nova alternativa para que se evitasse uma real decadência no Maranhão, foram implementadas então, as fábricas têxteis. De acordo com Jerônimo Viveiros (1964), muitos empresários capitalistas foram estimulados a investir – desiludidos com a lavoura – neste ramo de atividade, e assim foram surgindo diversas fábricas nos principais centros urbanos do Maranhão.

A fábrica de tecidos em Caxias foi a primeira do Estado, como supracitado, até que em 1895 já nos deparávamos com várias fábricas, não só de tecidos, mas também de outros produtos. Expõe Viveiros (1964) sobre o total das indústrias maranhenses em 1895:

Composto por 17 fábricas pertencentes a sociedades anônimas e 10 que eram de particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente. (VIVEIROS, 1964, p. 558-559).

Segundo Teixeira (2003), na cidade de Caxias existiram quatro indústrias têxteis: 1) Companhia Industrial Caxiense (1883 a 1903), situada entre o riacho Ponte e o Rio Itapecuru, com 250 operários trabalhando em 130 teares para produzir tecidos

⁶O Maranhão entra em declínio da exportação do algodão, mas não entra em decadência econômica. Sobre a decadência econômica e social no Maranhão, segundo Alfredo Wagner (2008), esta não passa de um discurso ideológico disseminado pelas autoridades do Governo daquele período. A decadência da lavoura no Maranhão é apontada repetidamente nos relatórios pelos intérpretes oficiais, ou seja, é uma versão oficial que se caracteriza como verdade absoluta, mas, que não se configura em uma realidade no Maranhão naquele momento histórico. Consultar, A Ideologia da Decadência (ALMEIDA, 2008a).

crus e tintos; 2) Companhia União Caxiense (1889 a 1914), funcionou com 220 teares e 350 pessoas. “O que representava um amplo processo de incorporação da mão-de-obra local e dos arredores, principalmente, vinda do interior do município de Caxias”. (TEIXEIRA, 2003, p. 70). 3) A Companhia União Caxiense se juntou com uma nova empresa, a Companhia Manufatora Caxiense. Fundada em 1892 e funcionou em Caxias até 1958 com 200 teares. Empregou nesta fábrica 300 operários, as duas incorporaram mais de 600 funcionários, sendo majoritariamente mão-de-obra local; 4) Fábrica de Tecidos Sanharó (1891 a 1965), localizada às margens do Rio Itapecuru, possuía 26 teares e produziu 300 mil metros de pano com 60 operários.

Imagem 3: Fachada da antiga fábrica – Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense. Fundada em 1889.



Foto: Fabiano Rocha. Pesquisa de campo, mar. 2018. Acervo 3R.

O Maranhão é considerado uma sociedade escravista tardia, apesar da introdução de escravos africanos desde o Século XVII que foram trazidos para o empreendimento açucareiro. Mas, “é somente no último quarto do Século XVIII que a região apresentará todos os traços de uma escravidão agrícola plenamente desenvolvida” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 434). Como supracitado, é justamente com o algodão que o Maranhão se desenvolveu e a maior parte da produtividade algodoeira foi proveniente das fazendas localizadas no Vale do Itapecuru e no seu entorno.

De acordo com Assunção (2000), poucas foram as fazendas de algodão que existiram no Maranhão sem a formação de quilombos ao seu redor, e assim foi se constituindo uma numerosa população entre o rio Itapecuru e o rio Parnaíba. Neste contexto, a passagem da insubordinação escrava à constituição dos quilombos torna-se responsável pelo crescimento da economia maranhense voltada para o mercado regional. Associamos a consolidação das indústrias têxteis de Caxias como parte do histórico da Comunidade São Zacarias II, pois há relatos de venda de algodão dessa

comunidade para pelo menos três das indústrias destacadas acima, datando do período de 1900 até os anos de 1940/50.

Através da técnica de pesquisa antropológica adotada – exploração das histórias de vidas com análise das narrativas orais⁷ – descobrimos que a história de ocupação da Comunidade São Zacarias II data de aproximadamente 130 anos, quando por volta de 1890, o Sr “Mário Bezerra”⁸, pessoa responsável pela constituição da família “Bezerra”, chega naquelas terras. Obteve-se a informação que o Sr. “Mário” foi o primeiro morador de São Zacarias. Negro escravizado, provavelmente alforriado em 1888, procurou terras livres para estabelecer moradia e plantar. Durante a pesquisa de campo, tanto em entrevistas com os moradores mais antigos, quanto nas oficinas do DRP, coletamos informações sobre as famílias que originaram a comunidade quilombola São Zacarias II. Detectamos três famílias responsáveis pela fundação da comunidade: família “Bezerra”, família “Costa” e, posteriormente, a família “Pereira”.

Referente à família “Bezerra”, tivemos contato com o mais idoso dos descendentes, como informante nessa pesquisa, que atualmente está morando em Caxias por motivos de saúde. Sobre a família “Costa”, identificamos que não reside mais nenhum integrante dentro da área da comunidade, no entanto, encontramos um descendente desta família em um povoado vizinho. Trata-se do Sr. “João Costa”, morador atualmente do povoado chamado Porto do Paiol. Já a família “Pereira”, é a predominante, atualmente, no território de São Zacarias II.

Referente ao histórico de ocupação da comunidade, a família “Bezerra” foi a primeira que chegou ao território (de acordo com as informações prestadas). Entrevistamos o Sr. “Aquiles Bezerra”, 82 anos de idade, que reside hoje em Caxias, local no qual foi concedida a entrevista. Ele nos informou sobre a participação de sua família para a história da fundação de São Zacarias II. Segundo ele, o seu bisavô (Sr. “Mário Bezerra”) foi o primeiro habitante daquele território. No início da entrevista, ele começou a falar que não tinha muita lembrança, mas aos poucos, sua memória foi voltando e nos ajudando a compreender a história.

Diz “Aquiles Bezerra” em entrevista:

Quem chegou primeiro foi o meu bisavô, “Mário Bezerra”. Lembro mesmo é do meu avô, “João Bezerra”. Mas, não me lembro muito de como foi essa

⁷Com base principalmente nos pressupostos metodológicos de Suely Kofes (1994).

⁸Foram atribuídos, neste artigo, nomes fictícios – como forma de preservar o anonimato dos participantes da pesquisa. Os verdadeiros nomes constam no RA entregue ao INCRA-MA.

história. Não lembro porque era menino pequeno, não tinha entendimento das coisas. Quando meu avô morreu ainda era pequeno, lembro dele, mas eu era muito menino. O que eu lembro bem é que diziam que o meu bisavô foi o primeiro da família a chegar em São Zacarias e que não morava ninguém quando ele chegou naquela região. Ele alcançou a época da escravidão... Meu pai falava muito isso, mas, não sei contar essa história. Sei de algumas histórias do tempo do meu avô e do meu pai... Nem tudo né. Só sei que um genro do meu avô era o dono da feitoria do Paiol. Genro do meu avô, casado com minha tia, irmã do meu pai. O genro do meu avô era o dono do Paiol antigo, conhecido como “Mathias Torres”, ele era quem controlava tudo naquela região. Em São Zacarias ‘tinham’ duas feitorias, uma no início e outra lá pro lado do antigo cemitério. Essa feitoria perto do antigo cemitério era região controlada pelos “Paulinos”, família “Paulino”. Minha família não trabalhava para ninguém, mas, prestava uns serviços para o pessoal da família “Torres”. O meu avô, pai e tios, todos tinham linha de roça. Levavam um produto ou outro para negociar um trocado. Lembro das histórias que eles mexiam muito com algodão, era o que movimentava mais na região. Algodão era o que mais tinha em São Zacarias. Eles levavam para vender em Caxias. Levavam também arroz e farinha de mandioca. Levavam tudo pelo rio, tudo era pelo rio Itapecuru. De Colinas chegavam muitos produtos até o Paiol, descia pelo rio Alpercatas⁹ que cruza o Itapecuru. Em São Zacarias eles levavam o algodão até o porto do Paiol para descer o rio Itapecuru, chegando em Caxias, eles negociavam com as fábricas de tecidos. Meu avô morreu e o meu pai continuou negociando nas fábricas em Caxias. O nome do meu pai era “Carlos”, “Carlos Bezerra”. Ele descia o rio na embarcação e atracava no Porto das Pedras em Caxias. Vendia nas fábricas, lembro que meu pai falava da Sanharó¹⁰, a Industrial, e tinha mais uma não lembro o nome, sei que eram três fábricas aqui em Caxias. Essa que não lembro o nome, hoje funciona o Centro de Cultura¹¹ daqui de Caxias. Todo mundo mexia com algodão, hoje não tem mais nenhum “pé”, mas, naquela época era o que movimentava dinheiro em São Zacarias. Ouvi falar de algumas famílias, eu mesmo alcancei umas, e lembro quando a família “Costa” chegou... E a família “Pereira” chegou bem depois. Mas, os “Pereira” estão lá até hoje né! nem os “Bezerra” e nem os “Costa” estão por lá, somente os “Pereira”. Meu pai teve seis filhos e eu fui o último a sair de São Zacarias, vendi meu terreno há pouco tempo e vim embora morar aqui em Caxias... Não posso mais trabalhar em roça, estou cansado já e precisei fazer uma cirurgia. (**“Aquiles Bezerra”, nascido e criado em São Zacarias II, 82 anos e reside atualmente em Caxias. Entrevista concedida em 15 out. 2017).**

De acordo com o depoimento do Sr. “Aquiles Bezerra”, foi possível compreender que se trata de uma localidade antiga, pois retrata uma época áurea do algodão na região do entorno das fábricas de tecidos em Caxias, quando as famílias tinham no algodão a maior ocupação de suas terras, como no caso do avô do “Seu Aquiles”, que descia o rio Itapecuru em direção à Caxias para vender algodão para as fábricas têxteis, trabalho que seu pai ainda chegou a desenvolver. Neste sentido, seu “Aquiles”, ao relatar sobre o escoamento da produção agrícola da época do seu pai e

⁹O Rio Alpercatas é um afluente do Rio Itapecuru, nasce na Serra da Alpercata, na cidade de Colinas e desemboca na margem esquerda do Rio Itapecuru, na cidade de Caxias. Disponível em: www.brasilchannel.com.br/municipios/mostrar_municipio.asp?nome=Caxias Acesso em 20.dez.17.

¹⁰A fábrica Sanharó fundada em 1891 foi a 3ª de Caxias e funcionou até o ano de 1965. (TEIXEIRA, 2003, p. 152).

¹¹O local ao qual ele se referiu foi a Companhia de Fiação e Tecidos União Caxiense S/A, que atualmente funciona o Centro de Cultura de Caxias. (SOUZA, 2016).

avô, nos conduz ao pensamento que a sua família em São Zacarias II participou do processo de abastecimento das indústrias têxteis de Caxias com o fornecimento da principal matéria-prima. Este é um fato importante, haja vista que historicamente a maioria dos negros que foi trazida para o Maranhão veio para trabalhar na produção algodoeira, e isto nos leva a interpretar que gerações posteriores continuaram a desenvolver estas mesmas atividades agrícolas¹² influenciadas por seus antecedentes.

Ainda sobre o relato de seu “Aquiles”, ele traz várias informações sobre o processo histórico de ocupação da região, quando fala do porto, das feitorias, trazendo nomes de pessoas que controlavam as terras naquela região, como o Sr. “Mathias Torres”, identificado como o dono da terra que hoje é o povoado Porto do Paiol. E da família “Paulino”, que segundo ele, controlava a “feitoria perto do antigo cemitério” nas terras de São Zacarias II¹³.

Sobre a fundação da comunidade, seu “Aquiles” não recorda completamente das histórias sobre o seu bisavô, mas afirmou que ele foi o primeiro morador a se instalar em São Zacarias II, provavelmente em fins do Século XVIII. No entanto, lembra-se de certos casos que aconteceram com o seu avô. Lembrou que seu avô, “João Bezerra”, teria plantado um “pé de Tamarindo” próximo ao rio Itapecuru em 1924. Período em que houve uma grande enchente na região e seu avô teria mudado sua moradia, afastando-se do rio Itapecuru¹⁴.

Durante a pesquisa de campo, identificamos a árvore que o Sr. “Aquiles Bezerra” menciona na entrevista. A imagem abaixo é do “Pé de Tamarindo”, plantado pelo avô de “Seu Aquiles”. Os moradores explicam que a árvore resistiu às enchentes do rio e sobrevive muito bem em dias atuais, e é entendida por eles como uma importante paisagem natural que serve como marco histórico da comunidade¹⁵.

¹²Não somente o algodão, mas, também o arroz, feijão, e a farinha de mandioca sempre foram os principais produtos da lavoura maranhense. (REIS, 2013).

¹³Importante destacar que temos muitas entrevistas que tratam sobre a participação da família “Costa” e da família “Pereira” no processo de ocupação daquele território étnico; temos informações que comprovam muito do que o Sr. “Aquiles” falou sobre o plantio do algodão e a participação da comunidade no desenvolvimento da indústria têxtil local. O relatório completo encontra-se no acervo do INCRA/MA.

¹⁴Segundo estudos de vulnerabilidade socioambiental em decorrência de enchentes do rio Itapecuru, os autores Santos, Souza & Feitosa (2017, p. 4305) registraram que nos anos de 1924, 1934, 1974, 1986 e 2009 ocorreram as grandes enchentes do Itapecuru e seus afluentes.

¹⁵Trabalhamos aqui com a ideia de paisagem (*landscape*) em Tim Ingold (2000).

Imagem 4: Tamarineiro plantado pelo avô do Sr. “Aquiles” em 1924.

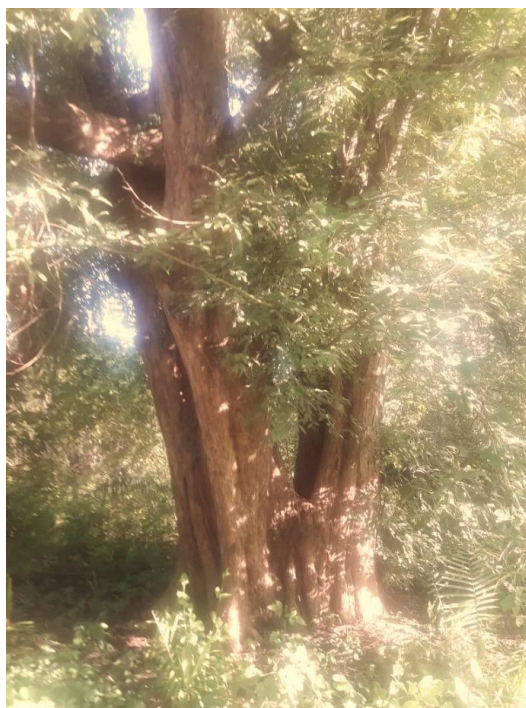


Foto: Fabiano Rocha, mar. 2018. Acervo 3R.

Referente ao histórico mais recente da formação de São Zacarias II, na década de 1940, chega à comunidade um senhor conhecido na região como “Velho Nildo”, que se torna proprietário de uma área daquela região, passando a cobrar “foro”¹⁶ aos agricultores locais pelo uso da terra. Identificado como um dos donos daquelas terras, o “Velho Nildo” tinha posse de terras também, principalmente no estado do Piauí, em uma grande área da região dos Cocais¹⁷. Segundo informações prestadas pela própria comunidade durante as oficinas de DRP, o “Velho Nildo” era a pessoa que controlava a força de trabalho de boa parte da população daquele território, inclusive os pais de seu “Zé”¹⁸ prestavam serviços para o “Velho Nildo”, provavelmente nas áreas de cultivo de mandioca ou nos babaçuais.

Com a morte do “Velho Nildo”, na década de 1980, ficaram como substitutos os herdeiros daquelas terras, os filhos “Hércules” e “Eva”. Os irmãos passaram a cobrar

¹⁶“Pagar foro” ou “pagar renda” são expressões locais que se referem ao pagamento do pequeno produtor ao proprietário da terra. Os pagamentos se dão em função da utilização da terra e são realizados como parte da produção agrícola.

¹⁷Região que compreende 17 municípios maranhenses, dentre eles, Caxias e São João do Sóter. Conhecida como Cocais porque já foi a região com maior extração da amêndoa de coco babaçu do Estado. Consultar: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_034_Cocais%20-%20MA.pdf & <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/mata-dos-cocais-babacu-e-carnauba-sao-fontes-de-recursos.htm>

¹⁸Pertencente a família Pereira, líder quilombola atual da comunidade.

“foro” mais caro do que o pai já praticava com os agricultores de São Zacarias II, fomos informados que o valor cobrado chegava até 70% da produção agrícola. Quando “Hércules” faleceu em 2002, sua irmã foi embora para outro Estado e as terras ficaram sem atenção de sua família por alguns anos. Foi quando os moradores mais antigos da comunidade de São Zacarias II puderam se organizar para voltar a trabalhar por conta própria naquelas terras. Os agricultores da comunidade organizaram as terras em um sistema de uso comum¹⁹.

Em outubro de 2006, São Zacarias II obteve o reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Quase dez anos após o reconhecimento da FCP, a “Dona Eva” retorna à comunidade com a intenção de recuperar o território. Durante a oficina do DRP, realizada em outubro de 2017, foi dado ênfase pelos moradores que “Dona Eva” apareceu por lá requerendo as terras como sendo de sua propriedade e solicitou a desocupação da área pelos moradores de São Zacarias II. Segundo os moradores presentes na oficina, “Dona Eva” ameaçou passar com um trator nas áreas de roça e, também, nas casas. O que caracterizou em uma situação de conflito na comunidade.

De acordo com alguns relatos coletados em campo, descobrimos que na época do “Velho Nildo”, enquanto “proprietário das terras”, ele não se importava com as roças dos moradores, só o que importava para ele era a sua criação de gado. Por este motivo, as pessoas ficaram em uma situação complicada para continuar morando naquela região. Constatamos que quase todos foram embora para morar em regiões circunvizinhas, mesmo que ainda nas terras do “Velho Nildo”, mas, longe de sua criação de gado. É neste período que ocorre uma mudança na configuração socioespacial de São Zacarias II, antes um lugar de moradia em que se travava uma estreita relação com o meio ambiente: plantio, caça, pesca etc., porém, com a chegada do “Velho Nildo” se torna um local específico para criação de gado. Inclusive, a área de moradia foi desabitada em função desta nova configuração. Importante destacar que somente após o falecimento do “Hércules”, filho do “Velho Nildo”, é que as pessoas voltaram a morar à beira do rio Itapecuru e aquele espaço se torna novamente uma comunidade. Justamente porque o negócio do gado fracassou, sendo assim, as famílias puderam retornar a fixar residência na área, investir naquelas terras

¹⁹Sistema de uso comum refere-se ao sistema de produção econômico-agrícola em que o controle dos recursos básicos é realizado de maneira consensual entre as famílias que compõem a unidade social produtiva. (ALMEIDA, 1989). Sobre esta questão, faremos uma discussão nas próximas linhas.

com as suas linhas de roças, voltar a caçar, pescar, tomar banho no rio, etc. Ou seja, é neste período que as pessoas voltam a estabelecer relações com o meio ambiente que outrora já haviam se familiarizado. E o melhor de tudo, agora sem pagar “foro” para ninguém, como foi no início da fundação da comunidade, “terras sem dono”, ou mesmo, como diz Almeida (2008b), terras tradicionalmente ocupadas²⁰. Desta forma, adotam na comunidade o sistema de uso comum de terras agricultáveis.

Sobre o sistema de uso comum, vale ressaltar que, a partir dos estudos empíricos realizados no Maranhão, no período da década de 1980, o Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida²¹ tornou-se capaz de evidenciar que o sistema de uso comum envolve uma política de identidade social vinculada ao território étnico, e que tais categorias não devem ser assimiladas isoladamente, pois são indissociáveis. O sistema de uso comum implica, neste sentido, certo grau de coesão e solidariedade, características que reforçam politicamente as redes de relações frente aos antagonistas²².

De acordo com Almeida (2008b), as terras de uso comum são caracterizadas como:

Tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, (pelos) vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. São os laços solidários e de ajuda mútua (que) informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável. (ALMEIDA, 2008b, p. 28 – 29).

Deste modo, é importante destacar que o sistema de uso comum não deve ser confundido com formas comunais primitivas de uso coletivo, tampouco enquanto formas incipientes de socialismo. De acordo com Almeida, “a noção de propriedade privada existe neste sistema de relações sociais sempre marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de

²⁰“Terras tradicionalmente ocupadas” é uma categoria de entendimento utilizada por Almeida (2008) que expressa “uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (Almeida, 2008b, p. 25). Categoria esta dotada de conotação política inspirada na luta político-partidária e dos movimentos sociais de base.

²¹Este pesquisador forneceu grande contribuição com o seu estudo de campo em comunidades quilombolas no Maranhão e no Pará. O resultado destas pesquisas foi a obra intitulada “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”, publicada em 1989.

²²Grandes proprietários de terras, grileiros, posseiros etc. (ALMEIDA, 2008b). Esses foram os antagonistas da época que, a maioria, investiam na criação de gado, hoje nos deparamos com novos antagonistas que exploram a região. Em algumas localidades do Maranhão o investimento do agronegócio é predominante; e em outras, é o investimento em energia eólica que se destaca.

parentes e vizinhos” (ALMEIDA, 1989, p. 51). Neste sentido, as comunidades rurais que se utilizam do sistema de uso comum não representam totalidades homogêneas e de caráter igualitário – como designa o próprio nome –, ao contrário, existe forte diferenciação interna. Destarte, o sistema de uso comum é defendido como um *lifestyle* econômico e político – além de social e cultural – contra a opressão capitalista. São formas de resistências e lutas sociais locais que se expressam em defesa de seus territórios e, conseqüentemente, de seus recursos naturais. Vale lembrar que, o que está em jogo não é apenas uma busca e defesa por abrigo e comida, existem vínculos afetivos entre as pessoas e a natureza, ou mesmo com tudo aquilo que possui vida não humana nos espaços naturais²³. Trata-se de formas de identificação, coesão e sociabilidades diferenciadas.

Essas lutas e resistências são compreendidas pelos pesquisadores franceses – o Filósofo Pierre Dardot e o Sociólogo Christian Laval – como um princípio político, denominado por comum.

Sobre o princípio político do “comum”, explicam Dardot e Laval:

A reivindicação do **comum** foi trazida à luz primeiro pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial. Termo central da alternativa ao neoliberalismo, o “comum” tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso. Longe de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “comum” designa não o ressurgimento de uma ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. É também uma maneira de dar as costas ao comunismo de Estado definitivamente. Tornando-se proprietário de todos os meios de produção e da administração pública, o Estado destruiu metodicamente o socialismo, “que foi sempre concebido como um aprofundamento da democracia política, e não como sua negação”. Para os que não se satisfazem com a “liberdade” neoliberal, isso significou abrir outro caminho. É esse contexto que explica como o tema do comum surgiu nos anos 1990, tanto nas lutas locais mais concretas como nas mobilizações políticas de grande extensão. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 16 – 17).

Assim, de acordo com os pesquisadores supracitados, “comum” designa um princípio político de negação e combate a racionalidade neoliberal. Desta forma, realiza-se aqui, uma aproximação teórica entre as ideias de Almeida, sobre o sistema de uso comum, e a proposição analítica de Dardot & Laval sobre comum, pois

²³Ver sobre ontologia relacional em Arturo Escobar (2015).

compreende-se que esses autores discutem sobre a mesma finalidade, que é o *feedback* das populações oprimidas pelas imposições do capitalismo.

Como vimos acima, não estamos falando de novas formas de comunismo ou socialismo. Contudo, são também formas de cooperação e ruptura contra a racionalidade neoliberal. Como dizem Dardot e Laval (2017), “de certa forma, essa economia política dos comuns retoma à sua maneira as tradições de pensamento do socialismo, que via a cooperação como antídoto à lógica capitalista da concorrência”. (DARDOT; LAVAL, 2107, p. 160). Deste modo, trata-se de mobilizações políticas de lutas sociais locais com novas estratégias de ação e discurso. É claro que a luta pela aquisição de terras é antiga, sabemos que o problema da reforma agrária no Brasil não é de hoje, mas, o que podemos atribuir como recente são os discursos e as estratégias de lutas adotadas pelos “novos” movimentos sociais, sejam eles quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc.

Torna-se importante ressaltar que, a configuração social²⁴ de São Zacarias II é compreendida enquanto comunidade remanescente de quilombo a qual, de acordo com Arruti (2006), se constitui como uma categoria pautada numa perspectiva política reivindicatória dos movimentos sociais, não mais amparada em preceitos naturalistas (raça) e, sim, em categorias de autodefinição dos agentes e das coletividades étnicas. Para Arruti (2008), existe uma nova compreensão sobre a identidade quilombola, esta não deveria ser definida como racial, mas como étnica, já que ela seria compreendida independentemente da cor da pele e da origem africana. A identidade quilombola estaria então associada à ideia de pertencimento local, ou seja, ligada ao território étnico. É neste sentido que apresentamos, neste artigo, a vida social dos integrantes de São Zacarias II, compreendendo essa vinculação ao um passado histórico com estreitas relações com o ambiente natural que o cercam; característica imprescindível ao processo de territorialização quilombola.

Assim, adota-se aqui, a ideia de paisagem (*landscape*) em Tim Ingold. Noção que concebe a paisagem não como cenário externo a humanidade, ao contrário, são as relações humanas que produzem as paisagens e da mesma forma somos produzidos por elas (INGOLD, 2000). Como demonstrado neste artigo – como exemplo – o vínculo de memória afetiva do Sr. “Aquiles” com relação ao “pé de

²⁴A ideia de configuração social é compreendida por nós com base nas proposições teóricas de Norbert Elias, ótica que concebe a relação indivíduo e sociedade como relações interdependentes. (ELIAS, 2006).

tamarindo”. Através da pesquisa de campo foi possível constatar que muitos dos moradores de São Zacarias II possuem memórias afetivas com referências de paisagens naturais. Como o caso da mangueira centenária, a palmeira antiga, o rio, dentre outras; são todos pontos de referências utilizados como marcos naturais que remetem a um passado histórico carregado de referencial simbólico e que dão sentido às histórias de vidas em São Zacarias II.

O conhecimento tradicional estabelecido pelos ancestrais é respeitado pelas atuais famílias durante todo o processo agrícola, por isso esses saberes recebem todo crédito possível, uma vez que, ao longo da história comum ao grupo, já foram experimentados e reproduzidos, propiciando o entendimento dinâmico do território e das culturas referentes à época de plantio. São respeitadas as fases da lua adequadas a cada cultivo, a composição e o porte da vegetação, a camada e o tipo de solo, assim como as variações de clima etc. As famílias demonstram imenso apreço ao legado de conhecimentos agrícolas deixados pelos seus ancestrais.

Os costumes e os laços de solidariedade entre as famílias contribuem para a reprodução social da população. A adoção do conhecimento tradicional na produção que, pela comprovação histórica da comunidade tem assegurado a perpetuação do sistema agrícola como eixo motriz da reprodução social, é uma prática que contribui significativamente para a manutenção dessa comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a fundação de São Zacarias II, não é possível confirmar ao certo as circunstâncias da chegada de “Mário Bezerra” ao território, mas, vimos que, São Zacarias II foi um território de plantação de algodão, que tanto o seu filho, “João Bezerra”, quanto o seu neto, “Carlos Bezerra”, ainda chegaram a comercializar suas produções com fábricas têxteis de Caxias, como a Sanharó, Industrial Caxiense e União Caxiense, lembradas por “Aquiles Bezerra”, bisneto de “Mário”.

Em suma, diante de tantos depoimentos coletados durante a pesquisa de campo, foi possível conhecer a forma tradicional de apropriação e a especificidade do uso do território de uma geração de habitantes de São Zacarias II, típica dos negros quilombolas dos fins do Século XIX e início do Século XX, com o pagamento de parte

da produção pelo uso da terra. Em dias atuais essa condição foi alterada²⁵, pois não pagam mais “foro” na área e vivem sob o sistema de uso comum das terras e de todo o perímetro da comunidade, com regras específicas locais.

Neste sentido, é neste cenário de espoliação de áreas comuns, prática tão exercida pela lógica do capitalismo neoliberal, que situamos os remanescentes de quilombo de São Zacarias II. Estes que seguem resistindo aos abusos do capital com suas lutas de engajamento social e manifestações políticas a favor do reconhecimento e direito ao território. Portanto, essas instituições (os comuns) são formas realmente democráticas de autogestão de oposição ao neoliberalismo. São “formas coletivas de entrar em acordo e criar regras de cooperação que não são redutíveis ao mercado e ao comando estatal” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 159). Sobre as regras locais que são criadas, pode-se dizer que estas são alternativas explícitas de luta e resistência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Preto, terras de Santo, terras de Índio: uso comum e conflito**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

_____. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008b.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/SP: Edusc, 2006.

_____. Relatório histórico-antropológico de reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral – Município de Parati – RJ. Rio de Janeiro: INCRA, 2008.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. *Quilombos Maranhenses*. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁵Pelo menos até a conclusão desta pesquisa não sabemos sobre a decisão do INCRA-MA referente a titulação daquelas terras, o nosso trabalho foi apenas de reconhecimento territorial étnico da comunidade e foi dado parecer favorável em nosso Relatório Antropológico.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*.

Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio**. 1 – Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: La ontologia política de los “derechos al territorio”*. Universidad de Buenos Aires, Argentina. Cuadernos de Antropología Social, n. 41, 2015, pp. 25-38.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1999, 2000, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INGOLD, Tim, “Temporality of the landscape” [1933] In: T. Ingold, *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*, Londres, Routledge, 2000.

KOFES, Suely. *Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites*. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de S. & SANCHES, Odécio. *Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?*. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): p. 239-262, jul/set, 1993.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. 2 Ed. São Luís: (s.n.), 2013.

SANTOS Igor de Luccas; SOUZA Ulisses Denache Vieira; FEITOSA Antonio Cordeiro. *Vulnerabilidade Sociambiental em decorrência de enchentes do Rio Itapecuru no município de Cantanhede, Maranhão*. In.: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Unicamp, Campinas/SP, 28 junho a 02 julho de 2017.

TEIXEIRA, C. M. G. **O desenvolvimento da indústria têxtil em Caxias-MA**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2003.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Edição da Associação Comercial, 1964.